COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei 7.762/90. Tem como objeto social o estudo, elaboração de projetos e execução de obras relativas à construção, ampliação e remodelação dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, fixar e arrecadar as tarifas decorrentes dos serviços de água e esgoto, taxas e contribuições de melhorias instituídas por Lei, exploração de serviços de água potável e esgoto sanitário.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas. As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-PME).

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados, ou após, 01 de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi 1° de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs.

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura de acordo com os Comunicados emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotadas. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para a adoção do CPC PME afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia é apresentada na tabela seguinte e nas notas que a acompanham.

COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA

ATIVO	01 de janeiro de 2009 GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	414	-	414
Aplicações financeiras	4.353	-	4.353
Contas a receber	8.335	-	8.335
Estoques de materiais	3.415	-	3.415
Impostos a recuperar	2.521	-	2.521
Outros créditos a receber	326	-	326
Total do ativo circulante	19.364	-	19.364
Créditos Tributários	1.382	-	1.382
CEF - Programa de Despoluição Bacias Hidrográficas	2.512	-	2.512
Depósitos Judiciais	645		645
Outros Valores Realizáveis	325	-	325
Imobilizado	78.169	19.058	97.227
Intangíveis	705	-	705
Total do ativo não circulante	83.739	19.058	102.797
TOTAL DO ATIVO	103.102	19.058	122.160

PASSIVO	01 de janeiro de 2009 GAAP anterior	Efeitos da transição para IFRS	IFRS
CIRCULANTE			
Fornecedores	2.046	-	2.046
Emprestimos e Financiamentos	3.916	-	3.916
Impostos e contribuições a recolher	1.467	-	1.467
Provisão para férias e encargos	2.532	-	2.532
Dividendos a pagar	902	-	902
Outros passivos	780	-	780
Total do passivo circulante	11.643	-	11.643
Emprestimos e Financiamentos	21.028	-	21.028
Juros sobre capital próprio	8.223	-	8.223
CEF - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas	2.512	-	2.512
Obrigações por cessão de uso	1.985	-	1.985
Provisão para contingências	3.300	-	3.300
Impostos Diferidos	2	6.480	6.482
Total do passivo não circulante	37.049	6.480	43.529
Capital social	39.000	-	39.000
Reserva de capital	196	-	196
Reserva legal	1.264	-	1.264
Reserva de investimentos (a)	13.949	-	13.949
Ajuste de avaliação patrimonial	-	12.578	12.578
Total do patrimônio líquido	54.409	12.578	66.987
TOTAL DO PASSIVO	103.102	19.058	122.160

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado.

c. Contas a receber

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R$5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

d. Estoques de materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante.

e. Créditos tributários

Os créditos tributários são calculados considerando as conseqüências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo e passivo fiscal diferidos, decorrentes de provisão não dedutível e, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente às depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 16.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens e créditos tributários for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

g. Intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 17.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da

transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i. Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

j. Provisão para contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) as alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$ 240 mil anuais.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

l. Juros sobre capital próprio

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

m. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa	7	7	7
Total	7	7	7
Bancos			
Bradesco	3	22	45
Itaú	304	-	-
Unibanco	-	16	5
Banco Real	7	20	6
Caixa Econômica Federal	36	10	-
Mercantil do Brasil	4	5	3
Santander	6	10	5
Banco do Brasil	257	402	1.378
HSBC	-	11	6
CEF Ampliação ETA	-	6	-
Valores a Regularizar (i)	(386)	(452)	(1.041)
Total	231	50	407
Total Geral	238	57	414

Representadas substancialmente por aplicações de renda fixa (certificados de depósito bancário), emitidas por instituições financeiras de reconhecida liquidez, no valor total de R$ 10.207 em 2009 e R$ 12.541 em 2009 e estão assim demonstradas:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Banco do Brasil	1.645	1.557	292
Caixa Econômica Federal	2.640	2.889	2.496
Banco Real	450	2.077	-
Bradesco	1.198	397	362
Santander	2	115	878
Mercantil do Brasil	971	2.482	103
Itaú	567	1.507	222
HSBC	1.960	1.517	-
CEF - IRPJ	774	-	-
Total	10.207	12.541	4.353

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A companhia por ser uma empresa pública municipal e estar integrada com as atividades sociais da administração local, realiza transações com outros órgãos e empresas municipais que são absorvidas em suas operações.

Em 31 de dezembro o saldo das contas a receber está assim demonstrado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a receber	13.767	12.997	12.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.062)	(2.918)	(3.632)
Usuários não identificados (1)	(278)	(278)	(278)
Total	3.427	9.801	8.335
Usuários dos serviços Prefeitura de Juiz de Fora (2)	609	537	593

(1) A conta "usuários não identificados" representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia.

(2) Ao final do período a companhia realiza o encontro de contas vinculado a seus controladores, o encontro de contas e o confronto entre os créditos a receber da companhia com os dividendos e os juros sobre capital.

6. ESTOQUES DE MATERIAIS

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Material Escritório	110	78	76
Material de Limpeza e Conservação	21	6	5
Equipamento de Segurança	67	46	50
Peças e Acessórios para veículos	162	151	96
Produtos Químicos	118	129	282
Ferramentas	38	61	21
Material Utilizado na manutenção (a)	2.856	2.582	2.813
Uniformes	156	62	-
Materiais para consumo	4	34	72
Total	3.532	3.149	3.415

(a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra utilização na manutenção do sistema de água e esgoto pela Companhia.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Podem ser assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IRRF s/ aplicações	392	145	312
Pasep	9	2	5
Cofins	41	11	22
Antecipação de imposto de renda	188	12	1.615
Antecipação de contribuição social	259	46	566
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	1	1	1
Total	890	217	2.521

8. OUTROS ATIVOS

A Conta outros créditos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Adiantamento a Fornecedores	156	-	111
Adiantamento a Empregados	1	11	15
Pagamento Beneficio INSS (i)	402	74	194
Prêmio de seguro a apropriar	4	5	6
Total	563	90	326

(i) Os valores constantes da conta "Pagamento Benefício INSS" são originado do convênio Previdência Social e CESAMA, onde os funcionários afastados por motivos de doença recebem seus salários na Companhia, que posteriormente compensam com os valores devidos a Previdência Social na GPS (Guia da Previdência Social).

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A Conta créditos tributários é composta da contas do Imposto de Renda Diferido e da Contribuição Social Diferida que em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de Renda Diferido (a)	1.016	1.016	1.016
Contribuição Social Diferida	366	366	366
Total	1.382	1.382	1.382

(a) Os créditos referentes ao imposto de renda diferido são provenientes das Provisões de Crédito de Liquidez Duvidosa.

10. PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Em dezembro de 2002, a Companhia firmou compromisso com a Agência Nacional de Águas - ANA, através do qual se comprometeu a construir e operar uma estação de tratamento de esgoto - ETE, com o cumprimento de determinadas metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras.

A construção foi iniciada em 16 de maio de 2003. A obra, concluída, está em funcionamento e o valor aportado pelo PRODES encontra-se depositado em conta bloqueada de investimentos, mantida na Caixa Econômica Federal, e apresentado nas demonstrações financeiras como ativo não circulante e passivo não circulante, e em 31 de dezembro de 2010 estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo			
Bacias Hidrográficas	1.633	2.469	2.512
Passivo			
Bacias Hidrográficas	(1.633)	(2.469)	(2.512)
Total	-	-	-

Em 2010 houve a liberação das parcelas 03/12, 04/12 e 05/12 num total de 674.429,95. Os valores são corrigidos mensalmente e reconhecidos como receita financeira quando da sua correção e os valores da parcelas como subvenções para investimentos no Patrimônio Líquido.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia é constituir provisão para ações consideradas como perdas prováveis.

i. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e fiscais.

A Companhia mantém provisão contábil julgada suficiente para fazer face às questões trabalhistas, cíveis e fiscais nas quais é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos Judiciais			Contingências		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Não Circulante						
Trabalhistas	390	552	547	2.900	1.800	3.300
Cíveis	98	98	98	-	-	-
	488	650	645	2.900	1.800	3.300

ii. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial. O montante informado pelos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2010 como probabilidade de perda possível é de R$ 190.000,00.

12. OUTROS VALORES REALIZÁVEIS NÃO CIRCULANTE

A Conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Convênios a receber	82	82	82
DEMLURB - Depto. De Limpeza Urbana	-	280	280
Prefeitura de Juiz de Fora	72	72	72
Retenções Processo trabalhista	331	331	325
Provisão p/perdas de créditos	-	(434)	(434)
Total	485	331	325

13. IMOBILIZADO

a. Composição do Imobilizado

Em 31 de dezembro, o imobilizado estava demonstrado conforme quadro abaixo:
A seguir as contas que compõem o ativo imobilizado em 31 de dezembro:

Descrição	Taxa de depreciação	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	01/01/2009
Custo								
Terrenos		1.610	22		1.588	6		1.582
Edificações	4% a.a.	12.271	320		11.951	163		11.788
Concessões de uso		1.985			1.985			1.985
Valor Justo Edificações	1,43% a.a.	19.058	-		19.058			19.058
Veículos	20% a.a.	3.206	341	(388)	3.253	831	(233)	2.655
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	7.855	642	(783)	7.996	539	(120)	7.577
Ferramentas	20% a.a.	122	114		8	3		5
Móveis e utensílios	10% a.a.	392	47	(52)	397	26	(59)	430
Direito de Uso		210	32		178	37		141
Sistema de Água	4% a.a.	79.984	3.425	(10)	76.569	3.505	(136)	73.200
Sistema de Esgoto	4% a.a.	42.353	4.231		38.122	3.251		34.871
Obras em Execusão		33.801	9.147	0	24.654	1.377	(262)	23.539
Benfeitorias Terceiros	10% a.a.	508	108		400			400
Total custo		203.355	18.429	(1.233)	186.159	9.738	(810)	177.231
Depreciação acumulada								
Edificações		(8.295)	(481)	0	(7.814)	(468)		(7.346)
Valor Justo Edificações		(546)	(273)		(273)	(273)		0
Veículos		(2.245)	(271)	383	(2.357)	(166)	229	(2.420)
Máquinas e equipamentos		(5.659)	(425)	737	(5.971)	(430)	108	(5.649)
Ferramentas		(22)	(17)		(5)	(1)		(4)
Móveis e utensílios		(286)	(14)	48	(320)	(11)	57	(366)
Sistema de Água		(52.159)	(2.134)		(50.025)	(1.990)	135	(48.170)
Sistema de Esgoto		(18.212)	(1.406)		(16.806)	(1.079)		(15.727)
Benfeitorias Terceiros		(346)	(33)		(313)	(38)		(275)
Depreciação Acumulada Lei 8.200		(47)			(47)			(47)
Total depreciação		(87.817)	(5.054)	1.168	(83.931)	(4.456)	529	(80.004)
Total liquido		115.538	13.375	(65)	102.228	5.282	(281)	97.227

b. Custo Atribuído (Deemed Cost)

A Companhia optou pela aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e da Interpretação ICPC 10 de forma a atribuir ao custo do imobilizado o deemed cost para os terrenos e as edificações, uma vez que seus ativos estavam apresentados por valores bem inferiores aos valores de mercado.

A avaliação foi efetuada pelo Departamento de Administração Patrimonial da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG, sendo utilizado o método comparativo direto, combinado ao custo de reprodução da benfeitoria.
Os laudos apresentados podem ser assim resumidos:

	Edificações	Total
Custo Original	443.958	443.958
Custo Atribuído (deemed cost)	19.501.760	19.501.760
Ajuste de avaliação patrimonial	19.057.802	19.057.802

Os efeitos da adoção do deemed cost no balanço em 31 de dezembro de 2010 e no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009 são os seguintes:

	Ajuste de avaliação patrimonial	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Valor do custo atribuído - Edificações	12.578.150	6.482.107
Total ajuste de avaliação patrimonial contabilizado em 1o. De janeiro de 2009	12.578.150	6.482.107
Realização no exercício 2009	92.659	92.659
Total em 31/12/2009	12.670.809	6.389.448
Realização no exercício 2010	92.659	92.659
Total em 31/12/2010	12.763.468	6.296.789

14. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado conforme quadro abaixo: A seguir as contas que compõem o ativo imobilizado em 31 de dezembro:

Custo	Taxa de Amortização	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	01/01/200
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4% a.a.	1.065			1.065			1.065
Total custo		1.065	-	-	1.065	-	-	1.065
Depreciação acumulada								
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(444)	(42)		(402)	(42)		(36(
Total depreciação		(444)	(42)	-	(402)	(42)	-	(36(
Total liquido		621	(42)	-	663	(42)	-	70:

15. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

O saldo refere-se a compromissos normais assumidos pela Companhia e decorre, substancialmente, da compra de materiais para manutenção e contratação de empresas para realização de obras. A composição dos saldos pode ser assim demonstrada em 31 de dezembro:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores	2.278	1.224	1.794
Empreiteiros (i)	475	803	252
	2.753	2.027	2.046

(i) Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

As obrigações com fornecedores são decorrentes do fornecimento de serviços e materiais necessários às atividades da Empresa.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A seguir as contas que pertencem aos financiamentos:

				31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Encargos anuais	Periodo inicial	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional:												
Investimentos Obras:												
BDMG - Novo Soma	8% + IGP-M	02/11/05	02/11/17	913	5.012	5.925	742	5.257	5.999	559	6.050	6.609
BDMG - Soma	8,21% + IGP-DI	21/06/02	21/05/10	-	-	-	313	-	313	787	387	1.174
BDMG - Soma	8,21% + IGP-DI	21/06/02	21/05/10	-	-	-	63	-	63	150	69	219
BDMG - Soma	8,21% + IGP-DI	21/06/02	21/05/10	-	-	-	153	-	153	344	190	534
BDMG - Soma	8,21% + IGP-DI	21/06/02	21/05/10	-	-	-	156	-	156	334	211	545
CEF - Prosanear	6% + IGP-DI	20/12/90	20/11/29	60	2.157	2.217	102	1.938	2.040	38	2.075	2.113
CEF - Prosaneamento	6,5% + FGTS	02/03/02	06/03/17	508	2.563	3.071	440	3.154	3.594	498	3.569	4.067
CEF - Desenv. Instituc.	8% + FGTS	19/06/98	06/03/10	-	-	-	70	-	70	203	64	267
CEF - Adutora	8% + FGTS	28/06/04	28/06/16	1.285	6.526	7.811	1.144	7.812	8.956	1.003	8.413	9.416
CEF - Ampliação ETA	6% + FGTS	28/12/07	28/12/30	3	639	642	1	5	6	-	-	-
Total				2.769	16.897	19.666	3.184	18.166	21.350	3.916	21.028	24.944

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
INSS	671	580	529
IRRF	208	180	167
FGTS	221	206	173
PASEP	123	121	80
COFINS	565	556	370
SENAI	7	3	3
ISSQN	64	32	20
Convênio SESI	27	25	24
Convênio SENAI	18	17	14
Retenção Contribuição Lei 10.833	4	5	5
IRPJ	65	65	65
CSLL	99	99	17
	2.072	1.889	1.467

18. OUTROS PASSIVOS

A Conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ordenados e Salários	-	-	124
Depósito Judiciário	38	-	-
SENAI treinamento	9	5	9
SESI Assistência Social	42	31	34
Outras Consignações	-	(19)	(18)
Cauções de terceiros	96	137	135
Valores a restituir usuários (i)	423	323	255
Retenções P/Resp. Solidária	5	5	5
Outros Valores exigíveis (ii)	294	248	235
	909	731	780

(i) Valores recebidos em duplicidade dos usuários
(ii) Constituídas das obrigações não classificadas como fornecedores e empreiteiros, demais obrigações.

19. OBRIGAÇÕES POR CESSÃO DE USO

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985	1.985
	1.985	1.985	1.985

(a) A conta cessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, apenas os custos de manutenção são custeados pela Cesama.

20. PARTES RELACIONADAS

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.145/08 que aprova a NBC T 17 e CPC 05 e correspondentes IAS 24 a Administração faz divulgação sobre partes relacionadas, informando que:

1. A Cesama adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2010, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R$ 446.729 e em 2009 o valor de R$ 429.425 reconhecidos em rubrica própria.

2. As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

   As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Companhia de Saneamento Municipal	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE			
Contas a receber	609	537	593
	609	537	593
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado - Cessão de uso (a)	1.985	1.985	1.985
	1.985	1.985	1.985
TOTAL ATIVO	2.594	2.522	2.578
PASSIVO CIRCULANTE			
Cessão de uso (a)	1.985	1.985	1.985
	1.985	1.985	1.985
TOTAL PASSIVO	1.985	1.985	1.985

(a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contra partida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

Os montantes registrados pela CESAMA como imobilizado no patrimônio não são depreciados e tem caráter apenas demonstrativo.

21. PATRIMONIO LIQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 61.000 mil, representado por 61.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Divido em 99,99% para a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e 0,01% para o Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DEMLURB.

b. Reserva de capital

O aumento da reserva de capital em 2010, foi decorrente dos recebimentos das parcelas do PRODES - Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas que tem a finalidade de transferir recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, mediante a construção da Estação de Tratamento de Esgoto Barbosa Lage (ETE) e no cumprimento das metas de volume de esgoto tratado, totalizando o repasse no exercício de 2010 em R$ 664 mil é com saldo de R$ 1.416 mil a receber.

c. Reserva Legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo registrado é de R$ 2.269 mil.

d. Reserva para planos de investimentos

Foi transferido dos Lucros Acumulados o montante de R$ 4.291 mil para a Reserva para Planos de Investimentos, aprovados em assembléia.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

As ações têm direito a dividendos mínimos de 6% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

O valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e a título de remuneração do capital próprio está demonstrado conforme o quadro abaixo:

	31/12/2010
Lucro Líquido	6.512
Reserva Legal (5%)	(326)
Base de Cálculo dos dividendos	6.186
Dividendos	371
Juros Sobre Capital Próprio	1.524
Valor líquido para distribuição	1.895

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS SERVIÇOS

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber:

	2010	2009
Serviços de Água		
Tarifa de Água	57.134	53.065
Ligações	933	836
Cortes e Sanções	476	384
Amplicações Redes	166	52
Outros Serviços Tecnicos	173	51
	58.882	54.388
Serviços de Esgoto		
Tarifa de Esgoto	49.200	46.107
Ligações	364	318
Cortes e Sanções	1	1
Amplicações Redes	788	515
	50.353	46.941
Receita Bruta	109.235	101.329
Cancelamentos	(1.609)	(1.780)
Pis sobre faturamento	(1.333)	(1.261)
Cofins sobre faturamento	(6.140)	(5.808)
Receita Líquida	100.153	92.480

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	2010	2009
Custos dos Sistemas		
Sistema de Água		
Pessoal	12.361	10.730
Material e insumos	5.498	5.210
Serviços de terceiros	4.667	3.340
Despesas gerais	9.407	8.665
Depreciações e Amortizações	2.168	2.028
	34.101	29.973
Sistema de Esgoto		
Pessoal	5.648	4.336
Material e insumos	1.998	1.256
Serviços de terceiros	4.422	3.688
Despesas gerais	1.100	1.238
Depreciações e Amortizações	1.447	1.122
	14.615	11.640
Total dos Custos dos Sistemas	48.716	41.613

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão demonstradas como segue:

	2010	2009
Administrativas		
Pessoal	23.941	21.464
Materiais e Insumos	527	849
Serviços de Terceiros	3.439	3.238
Depreciações	1.491	1.077
Provisão P/Crédito de Liquidez Dúvidosa (*)	6.731	872
Provisão com Contingência Trabalhista	1.100	(1.500)
Multas de Infração	5	26
Indenizações	1.570	621
Outras Receitas	(297)	(516)
	38.507	26.131
Gerais	1.646	1.178
Total	40.153	27.309

(*)

No exercício de 2010 a PCLD foi baseada nas contas vencidas acima de 180 dias

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda do exercício

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2010	2009
Lucro antes dos impostos e contribuições	9.619	22.686
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.731	-
Provisão para contingências	1.100	-
Patrocínio	73	60
Outras adições	315	37
	8.219	97
Exclusões		
Reversão da provisão para contingências	-	1.500
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa		734
Juros sobre Capital Próprio	1.524	3.332
	1.524	5.566
Base de cálculo	16.314	17.217
Alíquota - 15%	2.447	2.583
Alíquota - 10%	1.607	1.698
Incentivos fiscais *	(2.416)	(57)
	1.639	4.223
Imposto diferido:		
Crédito tributário sobre provisões temporárias	-	-
	1.639	4.223

(*) O valor reconhecido em 2010 do IR foi de R$ 1.639, correspondente ao período de janeiro a abril, devido a ação de imunidade tributária movida a partir deste período.

b) Contribuição social do exercício

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	2010	2009
Lucro antes dos impostos e contribuições	9.619	22.686
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.731	-
Provisão para contingências	1.100	-
Patrocínio	73	60
Outras adições	318	40
	8.222	100
Exclusões		
Reversão da provisão para contingência	-	1.500
Reversão da provisão para crédito de líquidez duvidosa	-	734
Juros sobre Capital Próprio	1.524	3.332
	1.524	5.566
Base de cálculo	16.317	17.220
Alíquota - 9%	1.469	1.550
Imposto diferido:	-	-
Crédito tributário sobre provisões temporárias	-	-
	1.469	1.550
IR e CSLL	3.107	5.773

26. SEGUROS

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multirriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multi-riscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício, a CESAMA não realizou operações com derivativos.

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b) Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização em montante julgado suficiente pela administração.

c) Gestão de Risco Financeiro

c.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia também está exposta ao risco de taxa de juros devido a variações nas taxas de juros que afetam as despesas financeiras.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos, ainda pela não existência de risco cambial.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras controladas pela Prefeitura do Município. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras, e financiamentos no mercado local. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos contratados destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

André Borges de Souza
Diretor Presidente

Carla Mendes Vidal Frota
Diretora Financeira e Administrativa

Joaquim Tarcísio Guedes Tostes
Diretor Técnico Operacional

Robson Dutra Ferreira
Contador CRC - MG 070057/O-0